

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONTEÚDO

Relatório da Administração	02
Indicadores	04
Balanço Patrimonial	05
Demonstração de Sobras ou Perdas	06
Demonstração dos Resultados Abrangentes	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	08
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	09
Notas Explicativas	10
Parecer do Conselho Fiscal	29
Relatório de Auditoria	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados:

No ano 2024 o cenário econômico mundial continuou apresentando elevados níveis de inflação.

No segundo semestre tivemos um ciclo de elevação da taxa SELIC que fechou 2024 em 12,25%.

Mesmo com as dificuldades impostas, encerrou 2024 com: sobras líquidas, base de cálculo de destinações de R\$ 215.720,58, sendo: a) resultado líquido de R\$ 212.104,58, b) reversão FATES: cobertura de gastos de R\$ 3.616,00, e patrimônio líquido de R\$ 9.231.178,48.

POLÍTICA DE CONFORMIDADE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Em atendimento às políticas do órgão regulador a CREDIGUAÇUI tem aprimorado continuamente seus sistemas de controles internos para atendimento dos normativos legais.

Monitoramento, seleção e análise de operações com o objetivo de identificar e dispensar especial atenção às suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL, DE RISCOS E LIMITES OPERACIONAIS

O gerenciamento de capital consiste em monitorar e controlar o capital mínimo que deve ser mantido pela CREDIGUAÇUI, definido pelo Banco Central do Brasil, compatível com os riscos a que está exposta, considerando os objetivos estratégicos e o nível de atividades financeiras demandadas pelos associados em consonância com as boas práticas de mercado.

A gestão de risco é considerada estratégica pela administração da Crediguacui:

1. Risco de Crédito:

a) Para a mitigação do risco de crédito a CREDIGUAÇUI mantém atuante o seu Comitê de Crédito, com definições de alçadas.

b) A provisão para o risco de crédito é feita com base na classificação de risco definida pelos normativos.

2. Risco de Mercado:

O gerenciamento do risco de mercado é realizado pela Administração.

3. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração, mantendo adequado o controle do fluxo de caixa compatível com a captação de recursos de depósitos e a correspondente aplicação nas linhas de crédito.

4. Risco Social, Ambiental e Climático:

Para fins da Resolução CMN 4.945 de 15/09/2021, a PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

5. Risco e Limites Operacionais:

Com relação aos limites operacionais - índice de Basileia e limite de imobilização, a CREDIGUAÇUI está enquadrada nos normativos do órgão regulador.

6. Gerenciamento de Capital e Gestão de Risco:

Tanto o gerenciamento de capital como a gestão de risco são analisadas pela Administração para apreciação e validação das ações adotadas e de seus resultados.

DIRETORIA EXECUTIVA MANDATO 2023/2027

Diretor Presidente	Renato Caiado Casotti
Diretor Administrativo	Gilson Costa de Oliveira
Diretor Financeiro.....	Alcenir Tadeu de Paula
Diretora Comercial.....	Christiany Fitaroni P. de Azevedo

CONSELHEIROS FISCAL - MANDATO ATÉ A.G.O. DE 2027

Efetivos:

Antônio Carlos Nunes Paraíso
José Adilson de Assis
Rodrigo Ferreira da Fonseca

Suplentes:

Gilson Hermínio Custódio

Colaboradores:

Rogério Carlos Faria - Gerente Administrativo
Nilson Valentim Sanglard - Encarregado de Produtos e Serviços
Erivelto de Melo Maia - Assistente Administrativo
Rosana Maria de Souza Cabral Faria - Assistente Administrativa
Igor Dias Campos Crisi - Auxiliar Administrativo
Tatiana de Sousa Madeira - Auxiliar Administrativa
Aparecida Dascani Chevi - Servente de Limpeza
Maria Eduarda Gomes de Oliveira - Menor Aprendiz

A Ouvidoria atende às manifestações recebidas por meio do sistema de Ouvidoria da PRODAF, atendimento via DDG 0800 283 3064.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos associados pela escolha da CREDIGUAÇUI, aos conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores e prestadores de serviços pela dedicação.

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

CNPJ: 32.422.628/0001-71
INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES			31/12/2023	31/12/2024
a) Solvência Geral			R\$	R\$
Ativo Total/Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo				
31/12/2023	16.522.315	7.730.505	2,14	
31/12/2024	18.227.646	8.996.468		2,03
Considerado como muito bom, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2024 conta com R\$ 2,03 em seu Ativo Total para quitar todas suas obrigações a curto e longo prazo, ou seja, R\$ 2,03 para cada R\$ 1,00.				
b) Liquidez Corrente			R\$	R\$
Ativo Circulante/Passivo Circulante				
31/12/2023	15.647.596	7.730.505	2,02	
31/12/2024	17.373.197	8.996.468		1,93
Considerado como muito bom, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2024 conta com R\$ 1,93 em seu Ativo Circulante, para quitar todas suas obrigações, ou seja, R\$ 1,93 para cada R\$ 1,00.				
c) Liquidez Geral			R\$	R\$
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo/Passivo				
Circulante e Exigível a Longo Prazo				
31/12/2023	16.304.967	7.730.505	2,11	
31/12/2024	18.010.353	8.996.468		2,00
Considerado como muito bom, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2024 conta com R\$ 2,00 em seu Ativo Circulante e Longo Prazo, para quitar todas suas obrigações, ou seja, R\$ 2,00 para cada R\$ 1,00.				
d) Endividamento			%	%
Exigível Total/Patrimônio Líquido				
31/12/2023	7.730.505	8.791.810	87,93	
31/12/2024	8.996.468	9.231.178		97,46
A Cooperativa em 31/12/2024 conta com R\$ 1,00 de recursos próprios para cada R\$ 0,97 de dívidas com terceiros, ou seja, a CREDIGUAÇUÍ comprometeu com terceiros 97,46% de seu capital próprio.				
e) Imobilização do Patrimônio Líquido			%	%
Ativo Permanente/Patrimônio Líquido				
31/12/2023	217.348	8.791.810	2,47	
31/12/2024	217.293	9.231.178		2,35
Considerado excelente, pois a CREDIGUAÇUÍ em 31/12/2024, imobilizou apenas 2,35% de seu Patrimônio Líquido. Percentual bem abaixo do que o permitido pelos normativos do Banco Central do Brasil.				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024.

Renato Caiado Casotti
 Diretor Presidente e
 Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
 CRC-ES-011250/0-1
 CPF: 031.184.637-83

BALANÇO PATRIMONIAL		
Período: dezembro de 2024 e 2023 (valores em reais sem centavos)		
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	17.373.197,00	15.647.596,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	423.532,00	512.583,00
Disponibilidades	423.532,00	512.583,00
Instrumentos Financeiros – Nota 4	12.286.239,00	10.517.536,00
Títulos e Valores Mobiliários	12.286.239,00	10.517.536,00
Relações Interfinanceiras - Nota 5	1.680,00	432,00
Operações de Crédito - Nota 6	4.127.700,00	4.617.045,00
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	5.307.854,00	6.029.072,00
(-) Provisão para Op. Emp. e Direitos Creditórios Descontados	-1.180.154,00	-1.412.027,00
Outros Créditos - Nota 7	21.799,00	0,00
Outros Valores e Bens - Nota 8	512.247,00	0,00
Não Circulante	854.449,00	874.719,00
Realizável a Longo Prazo	637.156,00	657.371,00
Operações de Crédito - Nota 6	94.044,00	114.259,00
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	122.144,00	154.721,00
(-) Provisão para Op. Emp. e Direitos Creditórios Descontados	-28.100,00	-40.462,00
Outros Valores e Bens - Nota 8	543.112,00	543.112,00
Permanente	217.293,00	217.348,00
Imobilizado de Uso - Nota 9	217.293,00	217.348,00
Imóveis/Outras Imobilizações de Uso	967.973,00	937.777,00
(-) Depreciação Acumulada	-750.680,00	-720.429,00
Intangível - Nota 10	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	3.550,00	3.550,00
(-) Amortização Acumulada	-3.550,00	-3.550,00
Total do Ativo	18.227.646,00	16.522.315,00
PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	8.996.468,00	7.730.505,00
Depósitos	7.338.085,00	6.126.679,00
Depósitos à Vista - Nota 11	2.213.534,00	1.498.606,00
Depósitos a Prazo - Nota 12	5.124.551,00	4.628.073,00
Relações Interfinanceiras - Nota 13	48,00	36,00
Outras Obrigações - Nota 14 e 15	1.658.335,00	1.603.790,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.013,00	16.908,00
Sociais e Estatutárias	942.893,00	994.713,00
Fiscais e Previdenciárias	77.334,00	77.374,00
Diversas	621.095,00	514.795,00
Patrimônio Líquido - Nota 16	9.231.178,00	8.791.810,00
Capital Social - Nota 16 (a)	2.205.111,00	1.970.677,00
Reserva de Sobras - Nota 16 (b)	6.907.421,00	6.755.682,00
Sobras ou Perdas Acum.Exerc.Encer. - Nota 16 (c)	118.646,00	65.451,00
Total do Passivo	18.227.646,00	16.522.315,00

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

 Período: 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores em reais sem centavos)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEM. 2024	2º SEM. 2023	EXERC. 2024	EXERC. 2023
10. Receitas da Intermediação Financeira - Nota 19 (a)	1.601.555,00	1.799.513,00	3.328.652,00	3.435.349,00
Operações de Crédito	978.812,00	1.126.124,00	2.185.950,00	2.116.858,00
Resultado Oper.c/Tit.e Val.Mobiliários	622.743,00	673.389,00	1.142.702,00	1.318.491,00
15. Despesas da Intermediação Financeira - Nota 19 (b)	4.335,00	-413.623,00	-608.641,00	-1.090.178,00
Operações de Captação no Mercado	-286.574,00	-285.987,00	-532.267,00	-553.453,00
Provisão para Crédito de Liq.Duvidosa	290.909,00	-127.636,00	-76.374,00	-536.725,00
20. Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10-15)	1.605.890,00	1.385.890,00	2.720.011,00	2.345.171,00
50. Outras Receitas/Despesas Operacionais	-1.278.070,00	-1.173.935,00	-2.507.907,00	-2.256.328,00
Receitas de Prestação de Serviços - Nota 20 (a)	93.212,00	100.753,00	186.665,00	198.213,00
Despesas de Pessoal - Nota 20 (b)	-789.271,00	-728.870,00	-1.560.412,00	-1.368.789,00
Outras Despesas Administrativas - Nota 20 (c)	-432.726,00	-394.152,00	-887.999,00	-781.619,00
Despesas Tributárias - Nota 20 (d)	-19.577,00	-11.209,00	-30.715,00	-18.867,00
Outras Receitas Operacionais - Nota 20 (e)	6.111,00	1.549,00	45.148,00	2.743,00
Outras Despesas Operacionais - Nota 20 (f)	-135.819,00	-142.006,00	-260.594,00	-288.009,00
60. Resultado Operacional (20+50)	327.820,00	211.955,00	212.104,00	88.843,00
65. Resultado não Operacional	0,00	28.218,00	0,00	28.218,00
75. Resultado Antes da Tributação s/o Lucro e Participações (60+65)	327.820,00	240.173,00	212.104,00	117.061,00
80. Reversão FATES: cobertura de Gastos	3.616,00	1.940,00	3.616,00	1.940,00
85. Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00	0,00	0,00	0,00
90. Participações Estatutárias no Lucro	0,00	0,00	-97.074,00	-53.550,00
F.A.T.E.S - Ato Cooperativo	0,00	0,00	-10.786,00	-5.950,00
F.A.T.E.S - Ato não Cooperativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal	0,00	0,00	-86.288,00	-47.600,00
95. Sobras/Perdas (75+80-85-90)	331.436,00	242.113,00	118.646,00	65.451,00
100. Juros Sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	246.472,00	248.094,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024.

Renato Caiado Casotti
 Diretor Presidente e
 Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
 CRC-ES-011250/0-1
 CPF: 031.184.637-83

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES				
Período: 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores em reais sem centavos)				
DRA	2º SEM. 2024	2º SEM. 2023	2024	2023
Sobras/Perdas Líquidas	327.820,00	240.173,00	212.104,00	117.061,00
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	327.820,00	240.173,00	212.104,00	117.061,00

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período: 31/12/2023 a 31/12/2024

(Valores em reais sem centavos)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS	
				EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2022	1.874.311,00	6.629.979,00	78.102,00	8.582.392,00	8.365.232,00
1 – AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES					
2 – REVERSÕES DE RESERVAS					
3 – DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS					
4 – AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS					
5 – AUMENTO DE CAPITAL					
INTEGRALIZAÇÕES	114.222,00			114.222,00	137.082,00
JUROS AO CAPITAL	210.283,00			210.283,00	69.788,00
TRANSFERÊNCIA SPA P/CAP.(SOBRAS)					
RESTITUIÇÃO DE CAPITAL/TRANSF.P/CEA	(228.139,00)			(228.139,00)	(124.613,00)
6 – OUTROS EVENTOS					
7 – SOBRAS (PERDAS) DO PERÍODO			117.062,00	117.062,00	142.003,00
8- REVERSÃO FATES COBERTURA DE GASTOS			1.940,00	1.940,00	0,00
9- DESTINAÇÕES					
RESERVA LEGAL		125.703,00	(125.703,00)	0,00	0,00
FATES			(5.950,00)	(5.950,00)	(7.100,00)
TRANSFERÊNCIA PARA CONTA CAPITAL					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2023	1.970.677,00	6.755.682,00	65.451,00	8.791.810,00	8.582.392,00
MUTAÇÕES DO PERÍODO	96.366,00	125.703,00	(12.651,00)	209.418,00	217.160,00

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS	
				EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 31/12/2023	1.970.677,00	6.755.682,00	65.451,00	8.791.810,00	8.582.392,00
1 – AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES					
2 – REVERSÕES DE RESERVAS					
3 – DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS					
4 – AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS					
5 – AUMENTO DE CAPITAL					
INTEGRALIZAÇÕES	127.684,00			127.684,00	114.222,00
JUROS AO CAPITAL	198.400,00			198.400,00	210.283,00
TRANSFERÊNCIA SPA P/CAP.(SOBRAS)					
RESTITUIÇÃO DE CAPITAL/TRANSF.P/CEA	(91.650,00)			(91.650,00)	(228.139,00)
6 – OUTROS EVENTOS					
7 – SOBRAS (PERDAS) DO PERÍODO			212.104,00	212.104,00	117.062,00
8- REVERSÃO FATES COBERTURA DE GASTOS			3.616,00	3.616,00	1.940,00
9- DESTINAÇÕES					
RESERVA LEGAL		151.739,00	(151.739,00)	0,00	0,00
FATES			(10.786,00)	(10.786,00)	(5.950,00)
TRANSFERÊNCIA PARA CONTA CAPITAL					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/2024	2.205.111,00	6.907.421,00	118.646,00	9.231.178,00	8.791.810,00
MUTAÇÕES DO PERÍODO	234.434,00	151.739,00	53.195,00	439.368,00	209.418,00

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renato Caiado Casotti
 Diretor Presidente e
 Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
 CRC-ES-011250/0-1
 CPF: 031.184.637-83

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores em reais sem centavos)

	2º SEM.2024	2º SEM 2023	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Semestre/ Exercício	327.820,00	240.173,00	212.104,00	117.061,00
Ajuste de Exercícios Anteriores			0,00	0,00
Depreciações e Amortizações	15.432,00	15.177,00	30.251,00	32.125,00
Resultado da Venda de Ativo Imobilizado			0,00	0,00
Aumento(redução) nos Ativos Operacionais:	-1.546.579,00	-653.422,00	-1.794.436,00	-950.241,00
Títulos e Valores Mobiliários	-1.411.391,00	467.127,00	-1.768.702,00	138.948,00
Relações Interfinanceiras	-1.680,00	-432,00	-1.248,00	1.668,00
Operações de Crédito	368.389,00	-1.121.441,00	509.560,00	-1.102.642,00
Outros Créditos	10.350,00	1.324,00	-21.799,00	11.785,00
Outros Valores e Bens	-512.247,00	0,00	-512.247,00	0,00
Aumento(redução) nos Passivos Operacionais	1.165.579,00	267.586,00	1.258.792,00	1.027.601,00
Depósitos	720.066,00	-212.084,00	1.211.405,00	1.225.649,00
Relações Interfinanceiras	48,00	-85,00	12,00	-300,00
Relações Interdependências	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	445.465,00	479.755,00	47.375,00	-197.748,00
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	-37.748,00	-130.486,00	-293.289,00	226.546,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Caixa Líquido Proveniente/usado nas Atividades de Investimento	-24.955,00	-3.524,00	-30.195,00	-8.550,00
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento				
Juros Sobre o Capital	0,00	0,00	198.400,00	210.283,00
Aumento de Capital	74.071,00	61.148,00	127.684,00	114.222,00
Baixa de Capital	-39.898,00	-107.221,00	-91.650,00	-228.139,00
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	34.173,00	-46.073,00	234.434,00	96.366,00
Aumento(redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-28.530,00	-180.083,00	-89.050,00	314.362,00
Caixa e Equivalente de Caixa				
No Início do Período	452.061,00	692.665,00	512.582,00	198.220,00
No Fim do Período	423.531,00	512.582,00	423.532,00	512.582,00
Aumento(redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	-28.530,00	-180.083,00	-89.050,00	314.362,00

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renato Caiado Casotti

Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria

CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS**

Período: Dezembro de 2024 e 2023
(Valores em reais)

1. Contexto operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE GUAÇUÍ-CREDIGUAÇUÍ**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 20/04/1989. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e nos normativos do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

A CREDIGUAÇUÍ tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- I- proporcionar assistência financeira a seus associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos associados e a melhoria da sua qualidade de vida;
- II- o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços;
- III- o desenvolvimento de programas de educação cooperativista, visando o fortalecimento dos princípios e valores do cooperativismo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), aprovados pelo Banco Central até o momento. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, em sua reunião datada de 17/04/2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem as rubricas "Caixa", "Depósitos Bancários", bem como "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" e "Títulos e Valores Mobiliários", de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	423.531,74	512.582,61
TOTAL	423.531,74	512.582,61

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou

de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2024 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

4. Títulos e valores mobiliários

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a Prazo	68.025,46	61.353,83
Cotas de Fundos de Investimento	12.218.213,32	10.456.182,67
TOTAL	12.286.238,78	10.517.536,50

5. Relações Interfinanceiras

31/12/2024	31/12/2023
1.680,00	432,00

Cheque(s) a remeter ao serviço de compensação.

6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

		31/12/2024				31/12/2023			
NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO %	VINCENDAS	VENCIDAS	TOTAL	PROVISÃO	VINCENDAS	VENCIDAS	TOTAL	PROVISÃO
AA	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A	0,50	567.574,70	0,00	567.574,70	2.837,87	1.345.028,46	0,00	1.345.028,46	6.725,14
B	1	844.073,25	3.217,39	847.290,64	8.472,93	394.999,42	9.036,67	404.036,09	4.040,36
C	3	1.616.367,78	0,00	1.616.367,78	48.491,04	1.326.119,70	20,76	1.326.140,46	39.784,31
D	10	890.463,31	36.220,55	926.683,86	92.668,44	1.097.618,73	1.158,27	1.098.777,00	109.877,70
E	30	300.442,97	93.484,14	393.927,11	118.178,11	694.064,63	51.309,93	745.374,56	223.612,45
F	50	259.509,02	21.587,17	281.096,19	140.548,17	385.225,99	292,35	385.518,34	192.759,17
G	70	0,00	0,00	0,00	0,00	8.332,52	2.426,01	10.758,53	7.530,97
H	100	306.449,65	490.607,88	797.057,53	797.057,53	545.407,87	322.751,82	868.159,69	868.159,69
Total		4.784.880,68	645.117,13	5.429.997,81	1.208.254,09	5.796.797,32	386.995,81	6.183.793,13	1.452.489,79

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
A vencer acima 360 dias	122.143,84	154.721,23
A vencer entre 91 e 360 dias	1.700.052,52	1.831.328,15
A vencer até 90 dias	3.092.873,35	3.816.144,29
Vencidas (a partir de 15 dias)	506.772,68	367.700,04
Vencidas (de 1 a 14 dias)	8.155,42	13.899,42
TOTAL	5.429.997,81	6.183.793,13

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a depositantes	16.981,18	117.599,15
Empréstimos em conta corrente/Cheque especial	1.155.142,85	1.499.021,37
Empréstimos	4.044.437,95	4.267.905,61
Títulos Descontados	765.766,18	921.846,00
(-) Rendas a apropriar	-552.330,35	-622.579,00
Total antes da Provisão	5.429.997,81	6.183.793,13
(-) Provisões para operações de crédito	-1.208.254,09	-1.452.489,79
TOTAL	4.221.743,72	4.731.303,34

d) PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
PCLD-Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.208.254,09	-1.452.489,79
TOTAL	-1.208.254,09	-1.452.489,79

e) Concentração dos Principais Devedores:

MAIORES DEVEDORES	31/12/2024	Carteira	PL	31/12/2023	Carteira	PL
	VALOR	%	%	VALOR	%	%
10 Maiores	2.909.790,35	53,59	31,54	2.538.631,84	41,06	28,88
20 Maiores	3.926.529,52	72,30	42,56	3.697.691,56	59,79	42,07
40 Maiores	4.742.957,17	87,33	51,41	5.021.930,73	81,21	57,13

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Recuperados:

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	2.448.057,04	2.651.562,07
Valor das op. recuperadas no período	-25.452,46	-177.602,61
Valor das op. baixadas no período	320.609,89	95.724,57
Valor das correções baixadas	0,00	-121.626,99
Saldo no final do exercício	2.743.214,47	2.448.057,04

7. Outros créditos

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos por conta de imobilizações (a)	19.542,50	0,00
Impostos e contribuições a compensar (b)	2.150,11	0,00
Contas a classificar (c)	106,68	0,00
Total	21.799,29	0,00

(a) Valores referentes a adiantamentos para aquisições do ativo imobilizado.

(b) Valores referentes a impostos e contribuições a compensar.

(c) Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa ou contas a classificar.

8. Outros Valores e bens

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Bens Não de Uso Próprio	1.055.359,01	543.111,74

Os Bens Não de Uso Próprio, referem-se, a bens recebidos em dação de pagamento de dívidas, decorrentes de operações de crédito, registrados contabilmente pelo valor de custo, não estão sujeitos a depreciação ou correção.

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

31/12/2024					31/12/2023
Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em Curso		0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos		14.000,00	0,00	14.000,00	14.000,00
Edificações	4%	461.178,71	-328.641,27	132.537,44	150.923,60
Instalações	10%	68.422,63	-48.093,46	20.329,17	0,00
Móveis e Equipamentos	10%	138.437,37	-112.325,80	26.111,57	31.861,62
Sistema de Comunicação	10%	6.926,92	-4.043,60	2.883,32	1.248,28
Sistema de process.de dados	20%	234.786,38	-219.155,56	15.630,82	12.313,15
Sistema de segurança	10%	17.231,53	-11.430,72	5.800,81	7.001,77
Sistema de transporte	20%	26.990,00	-26.990,00	0,00	0,00
Total		967.973,54	-750.680,41	217.293,13	217.348,42

10. Intangível

31/12/2024					31/12/2023
Descrição	Taxa anual Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos Intangíveis	20%	3.550,00	-3.550,00	0,00	0,00
TOTAL		3.550,00	-3.550,00	0,00	0,00

11. Depósitos à vista

31/12/2024	31/12/2023
2.213.533,80	1.498.606,31

Os depósitos à vista não são remunerados.

12. Depósitos a prazo

31/12/2024	31/12/2023
5.124.550,80	4.628.073,36

Os depósitos a prazo são remunerados conforme contrato.

13. Relações Interfinanceiras

31/12/2024	31/12/2023
47,70	35,70

Recebimentos remetidos ao serviço de compensação.

14. Obrigações sociais e estatutárias

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Juros ao Capital (a)	260.594,73	284.892,31
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	342.178,75	335.008,72
Cotas de capital a pagar (c)	340.120,12	374.811,53
TOTAL	942.893,60	994.712,56

(a) Provisão de juros ao capital conforme estabelecido pela Lei Complementar 130/09;

(b) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 5% das sobras apuradas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;

(c) Valores correspondentes a cotas de capital a pagar de ex-associados.

15. Outras obrigações – Diversas

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança/Arrec. de Trib. e Assemelhados	17.012,75	16.908,17
IOF a Recolher (a)	17.012,75	16.908,17
Fiscais e Previdenciárias	77.333,94	77.374,16
Impostos e Contribuições a Recolher s/Serviços de Terceiros (b)	1.265,05	1.044,92
Impostos e Contribuições s/salários (c)	42.016,28	43.961,52
Outros (d)	34.052,61	32.367,72
Diversas	621.094,60	514.794,94
Cheques Administrativos (e)	142.000,00	211.500,00
Provisão de pagamentos a efetuar (f)	158.594,18	139.659,03
Credores diversos (g)	320.500,42	163.635,91
TOTAL	715.441,29	609.077,27

- a) Refere-se, a IOF a recolher s/operações de Crédito e Títulos e Valores Mobiliários;
- b) Refere-se a IRRF, ISS e CSLL/COFINS/PIS – LEI 10833 s/serviços de terceiros;
- c) Refere-se a Impostos e Contribuições s/Salários, IRRF, INSS, FGTS e PIS;
- d) Refere-se, basicamente ao grupo impostos e contribuições a recolher, com maior destaque para o IRRF sobre correção de aplicação, ISS e ao Pis – Receita Operacional;
- e) Refere-se a cheque administrativo;
- f) Refere-se a férias a pagar e encargos incidentes sobre as obrigações, R\$ 121.718,99, provisão de outras despesas administrativas como comunicações, segurança e vigilância e internet, R\$ 9.375,19 e outros pagamentos 27.500,00.
- g) Refere-se, basicamente, a pendências, seguros, contas e depósitos a classificar.

O art. 30 da Lei nº 11.051/04, determinou a isenção do PIS e COFINS sobre as receitas dos atos cooperativos das cooperativas de crédito, somente entrou em vigor 90 dias após a sua publicação, não tendo efeito retroativo, até então os valores correspondentes ao PIS estão aprovisionados no período de novembro de 1999 à fevereiro de 2005.

Quanto aos valores aprovisionados até então, foi aconselhado conforme parecer discriminado abaixo, que os mantivessem na respectiva conta de provisão até uma decisão judicial sobre os mandados judiciais impetrados objetivando suspender a exigibilidade dos créditos:

Mandado de Segurança nº 2004.51.01.007376-3, referente ao PIS; (Impetrado na 29ª Vara do Rio de Janeiro-RJ)

Pis 27.416,47
(Parecer OCB/ES - SESCOOP/ES, nº 03/2005, de 13.01.2005)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

31/12/2024	31/12/2023
2.205.111,09	1.970.676,57

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social está representado pela participação de 646 (seiscentos e quarenta e seis) associados, atingindo o montante de R\$ 2.205.111,09 (Dois milhões, duzentos e cinco mil, cento e onze reais e nove centavos).

b) Reserva legal e estatutárias

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	6.907.421,07	6.755.682,06
Total	6.907.421,07	6.755.682,06

Reserva legal: representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	2024	2023
Sobras líquidas, do exercício	212.104,58	117.061,41
Lucro líquido decorrente de ato não cooperativos destinado ao FATES	0,00	0,00
Reversão do FATES	3.616,00	1.940,00
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	215.720,58	119.001,41
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	-86.288,23	-47.600,56
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-10.786,03	-5.950,07
Sobras à disposição da Assembleia Geral	118.646,32	65.450,78

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

17. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de remunerar o capital do cooperado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. E somente serão creditados por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá estabelecer o percentual.

18. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas:

- a) Membros Estatutários: na Assembleia Geral Ordinária que elege a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e é definida a remuneração dos mesmos.
- b) Membros Contratuais: a Diretoria é responsável pela contratação dos Executivos, Gerentes e Assessores.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, alienação fiduciária e caução.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As Operações Ativas e Passivas com membros estatutários e contratuais e contra partes conectadas, na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços, são realizadas nas mesmas condições praticadas pelos demais associados da cooperativa:

a) Operações de Crédito

NATUREZA DO RELACIONAMENTO	31/12/2024	31/12/2023
	Saldos	Saldos
Operações de Crédito	412.162,69	171.560,89
Provisões de Operações de Crédito	-11.569,75	-3.320,93
Contas de Depósitos	1.034.948,36	472.597,74
Capital Social	116.693,10	106.595,58

b) Remuneração (Pro Labore e Cédulas de Presença)

DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2023
Conselho Fiscal	29.880,00	29.880,00
Conselho de Administração/Diretoria	307.200,00	293.340,00
Encargos Sociais (Pagos pela Cooperativa)	67.416,00	64.644,00

Remuneração (Pro Labore e Cédulas de Presença) Conselhos Administrativo/Fiscal e Diretoria. Pagos no Exercício.

19. Receitas e Despesas da Intermediação Financeira

a) Receitas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2024	2023
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	70.726,52	75.935,76
Rendas de Empréstimos	2.089.771,25	1.863.320,18
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	1.142.702,08	1.318.491,34
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	25.452,46	177.602,61
Total	3.328.652,31	3.435.349,89

b) Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas de Depósitos a Prazo	-522.031,68	-544.140,18
Despesas Contrib.Fundo Garant.de Créditos	-10.234,94	-9.312,70
Provisão para Crédito de Liq.Duvidosa	-76.374,19	-536.725,27
Total	-608.640,81	-1.090.178,15

20. Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Rendas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	2024	2023
Tarifas Bancárias	186.665,40	198.213,20
Total	186.665,40	198.213,20

b) Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	2024	2023
Honorários	-337.080,00	-323.220,00
Benefícios	-173.899,52	-175.922,92
Encargos Sociais	-306.277,62	-267.697,33
Proventos	-737.947,75	-598.804,51
Estagiários	-5.206,66	-3.143,80
Total	-1.560.411,55	-1.368.788,56

c) Outras Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2024	2023
Água, Energia e Gás	-17.215,12	-16.955,10
Aluguéis	-1.180,00	-1.700,00
Comunicações	-14.771,89	-20.891,17
Manutenção e Conservação de Bens	-10.173,30	-14.581,58
Materiais	-3.863,29	-3.331,53
Processamento de Dados	-179.994,99	-186.097,60
Promoções e Relações Públicas	-16.520,94	-19.201,54
Propaganda e Publicidade	-8.765,50	-15.027,80
Publicações	-140,00	-1.730,00
Seguros	-12.070,13	-6.815,78
Serviços do Sistema Financeiro	-148.246,40	-147.699,31
Serviços de Terceiros	-64.386,84	-42.399,91
Vigilância e Segurança	-96.413,43	-91.992,39
Serviços Tec.Especializados	-84.034,00	-79.126,00
Transporte	-8.422,44	-13.459,14
Viagem	-3.481,87	-2.893,00
Outras Despesas Administrativas	-218.318,44	-117.717,55
Total	-887.998,58	-781.619,40

d) Despesas Tributárias

DESCRIÇÃO	2024	2023
Tributárias	-30.715,42	-18.867,12
Total	-30.715,42	-18.867,12

e) Outras Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2024	2023
Outras	45.147,96	2.742,70
Total	45.147,96	2.742,70

f) Outras Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2024	2023
Despesas de Juros ao Capital	-260.594,73	-288.009,10
Total	-260.594,73	-288.009,10

21. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de **R\$ 6.126.700,46** em 31 de dezembro de 2024.

A Administração julga adequado o atual nível do Índice de Basiléia que é de **50,55%**, calculado com base no regime prudencial simplificado, apresentado de acordo com a legislação em vigor.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguro patrimonial, cuja cobertura no valor total de **R\$ 755.000,00** é considerada suficiente pela Administração e pela Porto Seguro, agente segurador, para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecido pela Resolução Bacen CMN nº 4.966 de 25/11/2021 e Demais Normas Relacionadas

Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, a cooperativa iniciou o projeto de atualização no sistema o qual irá afetar a constituição de provisão para perdas esperadas associados ao risco de crédito.

Os impactos mais relevantes desta normativa entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, com destaque para as novas metodologias de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Destaca-se que a CREDIGUAÇUI conforme determinado pelo Banco Central deve utilizar a metodologia simplificada de apuração.

Na nova metodologia, os instrumentos financeiros de crédito foram enquadrados na categoria de custo amortizado, adotando um modelo de negócio voltado para a geração de resultados a partir dos fluxos de caixa contratuais. Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos referem-se exclusivamente a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

O impacto do saldo da provisão para risco de crédito na implementação é no montante de R\$ 563.166,54 abaixo do que foi provisionado com base a Resolução CMN nº 2.682/99.

Os impactos conforme nova normativa serão reconhecidos em sobras ou perdas acumuladas, sensibilizando, diretamente, o patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guaçuí-(ES), 31 de dezembro de 2024.

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/0-1
CPF: 031.184.637-83

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2024.

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí – CREDIGUAÇUÍ, e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, afirmamos que examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas e demais Demonstrativos Contábeis normatizados pela legislação vigente, bem como o Relatório de Gestão, alusivos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Sendo assim, recomendamos, com embasamento nas verificações periódicas e estatutárias efetuadas, e, nos Relatórios de Auditorias, a aprovação dos referidos documentos e das contas sem ressalvas pelos (as) senhores (as) associados (as).

Guaçuí-ES, 17 de abril 2025.

Antônio Carlos Nunes Paraíso

José Adilson de Assis

Rodrigo Ferreira da Fonseca

RA 255/2025

Relatório de Auditoria

Art. 21, II, a, da resolução 4.910/21

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cooperativa de Crédito Rural de Guaçuí

CREDIGUAÇUÍ

Guaçuí - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CREDIGUAÇUÍ**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **CREDIGUAÇUÍ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **CREDIGUAÇUÍ** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da **CREDIGUAÇUÍ** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CREDIGUAÇUÍ** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó SC, 17 de abril de 2025.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2

Renato Caiado Casotti
Diretor Presidente e
Responsável p/Área Contábil

Rogério Carlos Faria
CRC-ES-011250/O-1
CPF: 031.184.637-83